



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS**

## PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL N° 22/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 8.889/2022

### **Contratação de empresa para serviços de impressão e reprodução de documentos através de tecnologia eletrofotográfica e/ou xerográfica, com disponibilização de impressoras e multifuncionais**

Recebimento das propostas: A partir das **09h00min** do dia **24/05/2023**

Encerramento de recebimento das propostas e Início da Sessão Pública:

Às **09h00min** do dia **05/06/2023**

### Índice

1. DO OBJETO .....	2
2. A PARTICIPAÇÃO .....	2
3. DO PROCEDIMENTO .....	3
4. DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO .....	4
5. DA ETAPA DE FORMULAÇÃO DOS LANCES .....	5
6. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO .....	6
7. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	6
8. DA HABILITAÇÃO .....	7
9. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E RECURSOS .....	9
10. DA HOMOLOGAÇÃO .....	9
11. DO CONTRATO .....	10
12. DA FORMA DE PAGAMENTO .....	10
13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	11
14. DAS SANÇÕES .....	12
15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS .....	14

### Anexos

- ANEXO I Termo de Referência
- ANEXO II Modelo de Procuração
- ANEXO III Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
- ANEXO IV Declaração do disposto no inciso VI, Art. 68 da Lei 14.133/2021
- ANEXO V Minuta do Contrato

**PREÂMBULO**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2023

PROCESSO Nº 8.889/2022

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://novobbmnet.com.br/>

O Senhor **MÁRIO SÉRGIO TASSINARI**, Prefeito Municipal de Itapeva, Estado de São Paulo, usando a competência, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria 8.987/2023, torna público que se acha aberta licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, que será regido pela Lei federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 12.949/2022, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

**Referência de Tempo:** Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

---

**1. DO OBJETO**

---

- 1.1. A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa para serviços de impressão e reprodução de documentos através de tecnologia eletrofotográfica e/ou xerográfica, com disponibilização de impressoras e multifuncionais**, conforme especificações técnicas do **Termo de Referência - Anexo I** deste Edital, para atender a necessidade das secretarias municipais.
- 1.2. A licitação será dividida em lote único considerando a natureza do objeto, garantindo a sua integridade e qualidade, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem

---

**2. A PARTICIPAÇÃO**

---

- 2.1. Poderão participar todos os interessados do ramo de atividade compatível com o objeto licitado que preencherem as condições constantes deste Edital e sejam detentoras de senha para participar de procedimentos eletrônicos junto a Bolsa Brasileira de Mercadorias.
- 2.2. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 2.3. O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, diretamente no site da Bolsa Brasileira de Mercadorias, <https://novobbmnet.com.br/>, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento.
- 2.4. A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto no Edital.
- 2.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 2.7. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.8. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa Brasileira de Mercadorias, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida/emitida pela entidade, nos termos do Artigo 7º, § 2º da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.
- 2.9. **Não poderão participar nesta licitação as empresas:**
- 2.9.1. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.9.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.9.3. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.9.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.10. O impedimento de que trata o item 2.9.1 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

---

### 3. DO PROCEDIMENTO

---

- 3.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias.
- 3.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Secretaria Municipal da Administração, denominado “Pregoeiro”, com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.
- 3.3. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico <https://novobbmnet.com.br/>, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.
- 3.4. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico <https://novobbmnet.com.br/>.
- 3.5. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento disponíveis da Bolsa Brasileira de Mercadorias no site <https://novobbmnet.com.br/>, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília).
- 3.6. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio <https://novobbmnet.com.br/>, opção “Entrar”, opção “Sala de Disputa”.
- 3.7. As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até data e horário definidos, conforme indicação no preâmbulo deste edital.
- 3.8. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

- 3.9. Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 3.10. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via “chat” do sistema eletrônico, no qual será designado dia e hora para a continuidade da sessão.
- 3.11. Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de itens/lotos, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.
- 3.12. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal “<https://novobbmnet.com.br/>”, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

---

#### **4. DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

---

- 4.1. A partir do horário de encerramento de recebimento das propostas previsto no Edital e no sistema, o Pregoeiro avaliará sua aceitabilidade, observado os seguintes procedimentos:
- 4.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, devendo o valor unitário proposto corresponder à unidade solicitada.
- 4.1.2. Para cadastramento da proposta no sítio do Pregão Eletrônico, o licitante deverá constar o **VALOR TOTAL DO LOTE** para início dos lances, em campo próprio, sem identificar-se, sob a pena de desclassificação da proposta.
- 4.1.3. O valor total que porventura encerrar na disputa com mais de duas casas decimais, terá que ser ajustado para tal, não ultrapassando o valor final arrematado.
- 4.1.4. O prazo de validade da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.1.5. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), frete e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.
- 4.1.6. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor e que:
- 4.1.6.1. Estejam incompletas, isto é, não contenham informações suficientes que permitam a perfeita identificação do objeto licitado;
- 4.1.6.2. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou manifestadamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro;
- 4.1.7. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.
- 4.1.8. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 4.1.9. Até a abertura das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 4.2. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, através do e-mail [pregao@itapeva.sp.gov.br](mailto:pregao@itapeva.sp.gov.br), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 4.2.1. Caso a Licitante vencedora não a apresente conforme o item 4.2, caberá ao Pregoeiro a adequação da proposta ao novo valor, respeitando a proporção de redução sobre os valores do Termo de Referência.

## 5. DA ETAPA DE FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 5.1. A partir do horário previsto no Edital para início da sessão pública do pregão eletrônico, será iniciada a etapa de lances.
- 5.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 5.3. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, devendo ser aplicado entre os lances o **VALOR DE MÍNIMO DE REDUÇÃO**, o qual incidirá sobre o valor total do lote.

Lote	Descrição do serviço	Valor de Redução
Único	Impressão e reprodução de documentos com disponibilização de máquinas	R\$ 2.000,00

- 5.4. O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o item.
- 5.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.6. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.
- 5.7. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.
- 5.8. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 5.9. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.10. **A etapa de lances da sessão pública será encerrada por prorrogação automática (disputa aberta)**, ou seja, se um participante oferecer lances nos minutos finais (2'), o sistema prorrogará automaticamente o fechamento por mais alguns minutos (2'), informando o "Dou-lhe uma". Se ninguém der outro lance, o sistema informa "Dou-lhe duas", em seguida a negociação é fechada. Entretanto, se algum licitante der um lance após o "Dou-lhe uma" ou "Dou-lhe duas", o sistema é novamente reiniciado, assim como sua contagem. A etapa de lance só é encerrada quando ninguém mais oferecer lances nos minutos finais.
- 5.11. O sistema informará a proposta de menor preço (ou melhor proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 5.12. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.
- 5.13. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
- 5.14. Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar Nº 123 de 14/12/2006 e alterações na Lei Nº 147 de 07/08/2014, serão observados os seguintes procedimentos:
- 5.14.1. Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por ME ou EPP igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

- 5.14.1.1. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via “chat” de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta.
- 5.14.1.2. No caso de empate de propostas apresentadas por ME ou EPP que se enquadrem no limite estabelecido no subitem 5.14.1., o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea “a”. Serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 5.14.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 5.14.1., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.
- 5.15. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.
- 5.16. Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 5.14.1. e 5.14.2. deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.
- 5.17. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.
- 5.18. A licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar planilha da proposta, com valor unitário e total, de acordo com o último lance, em algarismo e por extenso.
- 5.19. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

---

## 6. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

---

- 6.1. Para julgamento, será adotado o critério de **MENOR VALOR TOTAL DO LOTE**, observado os prazos de execução, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.
- 6.1.1. Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo adjudicado o objeto da licitação e homologado o procedimento pela autoridade competente.
- 6.1.2. Havendo recurso, o pregoeiro apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade competente a decisão em grau final.
- 6.1.3. Após a habilitação, poderá a licitante ser inabilitada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.
- 6.1.4. Os documentos originais ou cópias autenticadas deverão ser encaminhados à **Prefeitura Municipal de Itapeva**, localizada na **Praça Duque de Caxias, nº 22, Centro, Itapeva-SP, CEP 18400-900**, aos cuidados do Departamento de Licitações, em até 3 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro.
- 6.1.4.1. Estarão dispensadas de encaminhamento nos moldes do item 6.1.4 a documentação passível de verificação de autenticidade por meio eletrônico e declarações assinadas digitalmente.
- 6.1.4.2. Caso a entrega seja feita pelos Correios, fica a licitante obrigada a informar, via e-mail [pregao@itapeva.sp.gov.br](mailto:pregao@itapeva.sp.gov.br), o código de rastreio, dentro do prazo estabelecido no item 6.1.4.

---

## 7. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

---

- 7.1. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema (<https://novobmnet.com.br/>), concomitantemente com a proposta, os documentos de habilitação em conformidade com o item 8 deste Edital, até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a data de abertura das propostas estipulada no preâmbulo deste Edital.

- 7.3. Os documentos que compõem a habilitação do licitante MELHOR CLASSIFICADO serão disponibilizados aos interessados imediatamente após o encerramento da Sessão de Lances.
- 7.4. O não cumprimento das condições de habilitação, dentro dos prazos estabelecidos, acarretará na inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a licitante remanescente.
- 7.5. Verificado a conformidade dos documentos apresentados o licitante será declarado VENCEDOR.
- 7.6. A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.
- 7.7. Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para a matriz e todas as filiais.
- 7.8. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, esta Prefeitura aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- 7.9. Os documentos emitidos via INTERNET, serão considerados como originais e poderão ter sua autenticidade aferida pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio, através dos endereços eletrônicos dos órgãos emissores.
- 7.9.1. Para efeito de regularidade, constatando-se divergência entre o documento apresentado e o disponível no endereço eletrônico do órgão emissor, prevalecerá o constante deste último, ainda que emitido posteriormente ao primeiro.
- 7.10. Não será aceito nenhuma forma de protocolo de documentação em substituição aos documentos de habilitação solicitados no presente edital e seus anexos.

---

## 8. DA HABILITAÇÃO

---

- 8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 8.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.1.2. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.1.3. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.1.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.1.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.1.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 8.2. **Regularidade Fiscal**
- 8.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**).

- 8.2.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos (**CND**) ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa (**CPEND**), relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União **inclusive** créditos tributários relativos às **contribuições sociais** previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, expedida pela Secretaria da Receita Federal (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).
- 8.2.3. Certidão Negativa - ou Positiva com efeitos de Negativa - de **Débitos inscritos na Dívida Ativa**, emitido pela Secretaria da Fazenda ou Procuradoria Geral do Estado sede da licitante.
- 8.2.4. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), por meio da apresentação da CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.
- 8.2.5. Prova de Regularidade Municipal – **Certidão Negativa de Tributos Mobiliários** do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei, com prazo de validade em vigor, ou **Certidão Positiva de Débitos com efeitos de Negativa referente aos Tributos Mobiliários**.
- 8.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa expedida pela Justiça do Trabalho.
- 8.3. **Das considerações para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:**
- 8.3.1. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- 8.3.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 8.3.1.2. Havendo alguma restrição da comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério desta Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.
- 8.4. **Qualificação Econômico-Financeira**
- 8.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 8.4.2. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.
- 8.4.3. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- 8.5. **Documentação Complementar**
- 8.5.1. Declaração da empresa de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e art. 68, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme modelo **Anexo IV** deste Edital.
- 8.5.2. Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo III** deste Edital.
- 8.5.3. **No caso de representantes não constantes do quadro societário:**
- 8.5.3.1. Instrumento Público de Procuração com poderes para praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente, com prazo de validade em vigor, acompanhado de Cópia de seu Contrato Social ou estatuto em vigor, no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou, Prova de Registro Comercial no caso de Empresa Individual.



- 8.5.3.2. Instrumento Particular de Procuração, no modelo do **Anexo II**, com poderes para praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente, acompanhado de Cópia de seu Contrato Social ou estatuto em vigor, no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou, Prova de Registro Comercial no caso de Empresa Individual.

---

## **9. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E RECURSOS**

---

- 9.1. Com antecedência mínima de **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 9.1.1. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados exclusivamente por meio eletrônico, no sítio <https://novobbmnet.com.br/>. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 9.1.2. As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro na própria plataforma no prazo de 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.
- 9.1.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.
- 9.1.4. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão juntadas aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
- 9.1.5. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta do contrato.
- 9.1.6. A impugnação feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar deste Pregão, até o trânsito em julgado da presente decisão.
- 9.1.7. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 9.2. Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, em campo próprio disponibilizado pelo sistema, em até 30 (trinta) minutos, após o arrematante ser declarado vencedor.
- 9.3. A licitante que tiver a intenção de interpor recurso aceita, deverá apresentar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais interessados, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.
- 9.3.1. As razões e contrarrazões dos recursos deverão ser dirigidas ao Pregoeiro, sendo enviadas exclusivamente por meio de formulário eletrônico, disponível no site <https://novobbmnet.com.br/>.
- 9.4. Não serão aceitas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal, subscrito por representante não habilitado legalmente, ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 9.5. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 9.6. Os recursos contra decisões do Pregoeiro terão efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.7. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

---

## **10. DA HOMOLOGAÇÃO**

---

- 10.1. O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado pela autoridade competente.

- 10.2. Como condição para a sua contratação o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pela contratante, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes deste contrato.
- 10.3. Homologada a licitação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente com obrigação de fornecimento, respeitando o prazo de validade de sua propostas, observando as condições estabelecidas neste Edital.

---

## 11. DO CONTRATO

---

- 11.1. O Contrato do objeto desta licitação obedecerá às condições previstas neste Edital e seus anexos.
- 11.2. Após a regular convocação por parte da Contratante, a empresa vencedora terá o prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** para assinar o Contrato, sob pena de, não o fazendo, decair o direito à contratação e sujeitar-se às penalidades previstas no Edital.
- 11.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, desde que ocorra motivo justificado.
- 11.3. É facultado à Administração, quando a Detentora não assinar o Contrato, no prazo e nas condições estabelecidas, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-la, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.
- 11.4. Quando o convocado não assinar, aceitar ou retirar o instrumento Contratual, no prazo e condições estabelecidos, serão convocados os demais proponentes remanescentes a fazê-lo, na ordem de classificação, independentemente da cominação prevista no item DAS SANÇÕES.
- 11.5. Fica a Contratada obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do objeto deste instrumento, observados os termos e limites previstos no Art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 11.6. Os ajustes, alterações e a rescisão, quando houverem, obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.
- 11.7. **Para o caso de empresas em recuperação judicial:** Deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido, no ato da assinatura do Contrato.
- 11.8. **Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial:** Deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas, no ato da assinatura do Contrato
- 11.9. A Administração poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por outros instrumentos equivalentes, nos casos de solicitação de execução imediata e integral do serviço, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do artigo 90 da Lei Federal 14.133/2021.

---

## 12. DA FORMA DE PAGAMENTO

---

- 12.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 12.2. O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente da Contratada, devidamente cadastrada na Secretaria de Finanças, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da liquidação da despesa, valendo como recibo o comprovante de depósito.
- 12.3. Os prazos estabelecidos nos itens anteriores serão reduzidos à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 12.4. O vencimento do Documento fiscal dar-se-á somente após o recebimento do Agente Fiscal na Nota Fiscal, e não da emissão do mesmo.
- 12.5. Deverá constar no documento fiscal o nº da licitação - **Pregão nº 22/2023**, nº da Autorização de Fornecimento/Serviços, nº do Empenho, local de execução, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária da empresa, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informações.
- 12.6. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- o prazo de validade;
  - a data da emissão;
  - os dados do contrato e do órgão contratante;
  - o período respectivo de execução do contrato;
  - o valor a pagar; e
  - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 12.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 12.8. A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA reserva-se o direito de descontar do pagamento devido à Licitante vencedora, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas constantes neste Edital.

### 13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1. As despesas decorrentes com a realização deste processo licitatório correrão por conta das dotações orçamentárias, abaixo especificadas, do presente exercício e vindouro. (art. 150 da Lei Federal nº 14.133/2021).

12	02.01.00	3.3.90.39.00	04 122 7001	2039	1	1100000	Recurso próprio
31	03.01.00	3.3.90.39.00	18 541 6006	2039	1	1100000	Recurso próprio
942	03.01.00	3.3.90.39.00	18 542 6006	2352	1	1100000	Recurso próprio
49	04.01.00	3.3.90.39.00	04 122 7001	2039	1	1100000	Recurso próprio
73	05.01.00	3.3.90.39.00	04 122 7001	2039	1	1100000	Recurso próprio
90	06.01.00	3.3.90.39.00	04 122 7001	2039	1	1100000	Recurso próprio
143	07.01.00	3.3.90.39.00	10 122 1001	2039	1	3100000	Recurso próprio
1431	07.01.00	3.3.90.39.00	10 301 1001	2364	5	3010001	Recurso federal
150	07.01.00	3.3.90.39.00	10 302 1001	2365	5	3020001	Recurso federal
188	08.01.00	3.3.90.39.00	08 122 4001	2039	1	5100000	Recurso próprio
1666	08.04.00	3.3.90.39.00	08 241 4001	2336	1	5100000	Recurso próprio
2187	08.04.00	3.3.90.39.00	08 241 4001	2336	2	5000049	Recurso estadual
2194	08.04.00	3.3.90.39.00	08 241 4001	2336	2	5000050	Recurso estadual
2192	08.04.00	3.3.90.39.00	08 241 4001	2336	2	5000073	Recurso estadual
1139	08.04.00	3.3.90.39.00	08 243 4001	2092	1	5100000	Recurso próprio
2190	08.04.00	3.3.90.39.00	08 243 4001	2092	2	5000049	Recurso estadual
2324	08.04.00	3.3.90.39.00	08 243 4001	2092	2	5000073	Recurso estadual
2220	08.04.00	3.3.90.39.00	08 243 4001	2092	5	5000075	Recurso federal
2338	08.04.00	3.3.90.39.00	08 243 4001	2092	5	5000076	Recurso federal
1126	08.04.00	3.3.90.39.00	08 243 4001	2157	1	5100000	Recurso próprio

1145	08.04.00	3.3.90.39.00	08 244 4001	2129	1	5100000	Recurso próprio
2188	08.04.00	3.3.90.39.00	08 244 4001	2129	2	5000049	Recurso estadual
2782	08.04.00	3.3.90.39.00	08 244 4001	2129	5	5000026	Recurso federal
1662	08.04.00	3.3.90.39.00	08 244 4001	2129	5	5000052	Recurso federal
2203	08.04.00	3.3.90.39.00	08 244 4001	2129	5	5000058	Recurso federal
2213	08.04.00	3.3.90.39.00	08 244 4001	2129	5	5000074	Recurso federal
4219	08.04.00	3.3.90.39.00	08 244 4001	2129	95	5000026	Recurso federal
4266	08.04.00	3.3.90.39.00	08 244 4001	2129	95	5000052	Recurso federal
4267	08.04.00	3.3.90.39.00	08 244 4001	2129	95	5000058	Recurso federal
4268	08.04.00	3.3.90.39.00	08 244 4001	2129	95	5000074	Recurso federal
2094	09.01.00	3.3.90.39.00	12 122 2001	2039	1	2200000	Recurso próprio
2669	09.01.00	3.3.90.39.00	12 122 2001	2039	5	2820000	Recurso próprio
2378	09.01.00	3.3.90.39.00	12 361 2001	2386	1	2200000	Recurso próprio
3570	09.01.00	3.3.90.39.00	12 361 2001	2386	2	2620000	Recurso próprio
2384	09.01.00	3.3.90.39.00	12 361 2001	2386	5	2820000	Recurso próprio
2387	09.01.00	3.3.90.39.00	12 361 2001	2387	1	2200000	Recurso próprio
3572	09.01.00	3.3.90.39.00	12 361 2001	2387	2	2620000	Recurso próprio
4181	09.01.00	3.3.90.39.00	12 361 2001	2387	5	2820000	Recurso próprio
1246	09.01.00	3.3.90.39.00	12 365 2001	2050	1	2130000	Recurso próprio
3566	09.01.00	3.3.90.39.00	12 365 2001	2050	2	2740000	Recurso próprio
467	09.01.00	3.3.90.39.00	12 365 2001	2050	5	2810000	Recurso próprio
468	09.01.00	3.3.90.39.00	12 365 2001	2051	1	2120000	Recurso próprio
3568	09.01.00	3.3.90.39.00	12 365 2001	2051	2	2730000	Recurso próprio
470	09.01.00	3.3.90.39.00	12 365 2001	2051	5	2800000	Recurso próprio
547	10.01.00	3.3.90.39.00	13 122 3001	2039	1	1100000	Recurso próprio
548	10.01.00	3.3.90.39.00	13 392 3001	2306	1	1100000	Recurso próprio
570	11.01.00	3.3.90.39.00	27 122 3007	2039	1	1100000	Recurso próprio
571	11.01.00	3.3.90.39.00	27 812 3007	2109	1	1100000	Recurso próprio
572	11.01.00	3.3.90.39.00	27 812 3007	2324	1	1100000	Recurso próprio
637	12.01.00	3.3.90.39.00	20 605 6001	2291	1	1100000	Recurso próprio
672	13.01.00	3.3.90.39.00	15 122 5001	2039	1	1100000	Recurso próprio
674	13.01.00	3.3.90.39.00	26 782 5001	2296	1	1100000	Recurso próprio
693	14.01.00	3.3.90.39.00	15 122 5001	2039	1	1100000	Recurso próprio
719	15.01.00	3.3.90.39.00	22 122 6002	2039	1	1100000	Recurso próprio
743	16.01.00	3.3.90.39.00	15 122 5001	2039	1	1100000	Recurso próprio
745	16.01.00	3.3.90.39.00	15 452 5001	2168	1	1100000	Recurso próprio
746	16.01.00	3.3.90.39.00	15 452 5001	2171	1	1100000	Recurso próprio
747	16.01.00	3.3.90.39.00	15 452 5001	2323	1	1100000	Recurso próprio
794	17.01.00	3.3.90.39.00	06 182 8005	2267	1	1100000	Recurso próprio
795	17.01.00	3.3.90.39.00	06 182 8005	2288	1	1100000	Recurso próprio
815	17.01.00	3.3.90.39.00	15 452 8005	2358	1	4100000	Recurso próprio
4972	19.01.00	3.3.90.39.00	04 122 7001	2039	1	1100000	Recurso Próprio
5205	20.01.00	3.3.90.39.00	04 124 7001	2039	1	1100000	Recurso Próprio

#### 14. DAS SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

- 14.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 14.1.2.1 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 14.1.2.2 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - 14.1.2.3 Deixar de apresentar amostra;
  - 14.1.2.4 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 14.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.4 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 14.1.6 Fraudar a licitação.
- 14.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 14.1.7.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 14.1.7.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 14.1.7.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.8 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1 Advertência;
  - 14.2.2 Multa;
  - 14.2.3 Impedimento de licitar e contratar e
  - 14.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 14.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
  - 14.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 14.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 14.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo **de 10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

- 14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado
- 14.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação
- 14.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021
- 14.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 14.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

---

## **15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

---

- 15.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.2. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e Prefeito Municipal.
- 15.3. O resultado do presente certame será divulgado na Imprensa Oficial do Município de Itapeva.
- 15.4. Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados na Imprensa Oficial do Município de Itapeva, disponível em <https://imprensaoficialmunicipal.com.br/itapeva>.

- 15.5. Não sendo solicitado esclarecimentos ou informações no prazo estabelecido no **item 9.1**, presumir-se-á que os elementos constantes do presente Edital e seus anexos, são suficientemente claros e precisos para a participação dos interessados.
- 15.6. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro ou Autoridade Superior.
- 15.7. Informações ou esclarecimentos suplementares sobre este Edital poderão ser requeridos por escrito ao Departamento de Licitações de Itapeva, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, pelo telefone (15) 3526-8006 ou no endereço eletrônico [pregao@itapeva.sp.gov.br](mailto:pregao@itapeva.sp.gov.br)
- 15.8. O Edital completo e anexos estará disponível no endereço eletrônico [www.itapeva.sp.gov.br](http://www.itapeva.sp.gov.br).
- 15.9. A Administração reserva-se o direito de transferir o prazo para o recebimento e abertura das propostas e início dos lances, descabendo em tais casos, direito à indenização pelos licitantes.
- 15.10. A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas.
- 15.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Itapeva - São Paulo.

Prefeitura Municipal de Itapeva,  
Palácio Cícero Marques, 23 de Maio de 2023.

**ANTONIO ALEXANDRE DE FARIA**  
**Secretario Municipal da Educação**

**ANEXO I**  
Termo de Referência

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2023**  
**PROCESSO Nº 8.889/2022**

LOTE ÚNICO			Valor Estimado	
Descrição	Unidade	Quantidade anual	por página	anual
<b>Impressão monocromática</b> e reprodução de documentos através de tecnologia eletrofotográfica e/ou xerográfica.	página	7.521.668	R\$ 0,07	R\$ 526.516,76
<b>Impressão colorida</b> e reprodução de documentos através de tecnologia eletrofotográfica e/ou xerográfica.	página	33.600	R\$ 1,50	R\$ 50.400,00
<b>Valor total estimado</b>			<b>R\$</b>	<b>576.916,76</b>

**EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATADA (Quantidade máxima)**

IMPRESSÃO MONOCROMÁTICA	
170	65
Multifuncional com tecnologia a laser, funções impressora, copiadora e scanner para trabalhar com papel até tamanho ofício, com recursos de redução e ampliação, conexão USB, ciclo mensal mínimo de 10 000 páginas. Deverá ser compatível com sistema operacional Windows.	Impressora com tecnologia taser, com velocidade mínima de 25 páginas por minuto em papel A4, função duplex automático e conectividade em rede. compatibilidade com PostScnpt e PCL6 Deverá ser compatível com sistema operacional Windows
IMPRESSÃO COLORIDA	
03	
Multifuncional colorida A4 com tecnologia a laser, duplex automático, alimentador de originais duplex, conexão em rede, velocidade mínima de 25 páginas por minuto, resolução mínima de 600x600psi, scanner de rede, linguagem de impressão PostScript e PCL6. Deverá ser compatível com sistema operacional Windows.	
01	
Multifuncional colorida A3 com tecnologia a laser, duplex automático, alimentador de originais duplex, conexão em rede, velocidade mínima de 25 páginas por minuto, resolução mínima de 600x600psi, scanner de rede, linguagem de impressão PostScript e PCL6. Deverá ser compatível com sistema operacional Windows.	

**Relação de equipamentos de propriedade da Prefeitura que serão assumidos pela empresa durante a execução do contrato (manutenção/peças/suprimentos):**

Impressoras	Quantidade
BROTHER HL - 1212W	03
HP 1020	01
HP 107A	01
HP M404DW	07
HP MFP135A	01
HP P2035	01
HP P2055DN	23
LEXMARK E360DN	01
OKI DATA ES5112	21
RICOH SP3710DN	03
SAMSUNG M2835 DW	29
<b>MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
BROTHER DCP 1602	01
HP 3020	01
HP 3052	01
HP M1120	01
LEXMARK MX317DN	02
RICOH SP377SFNW	03
<b>MULTIFUNCIONAL COLORIDA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
HP MFP M177FW	02



## 1. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

O Objeto do presente pregão deverá ser executado conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, observando o seguinte:

Todos equipamentos deverão ser entregues e devidamente instalados em até 15 dias úteis após a assinatura do contrato.

A Contratada deverá, no ato da instalação, realizar o treinamento dos usuários dos departamentos para correta utilização dos produtos e seus recursos.

Nesse mesmo período, a Contratada deverá abastecer os equipamentos de propriedade da Contratante com seus respectivos suprimentos, tais como cartuchos de toner, cilindro, cartuchos de cópias, entre outros.

A Contratada será responsável pela instalação dos equipamentos e configuração dos drivers nas estações de trabalho dos usuários, em todos os departamentos de cada Secretaria Municipal, inclusive postos de saúde e escolas, compreendendo zona urbana e zona rural de Itapeva, sendo numa distância máxima aproximada de 60 km (ida) a contar do centro.

**Considerando a extensão territorial do município, a relação de unidades escolares e de saúde situadas na Zona Rural, assim como os respectivos equipamentos, seguem abaixo:**

UNIDADES ESCOLARES		
EM Oliva Gomes Melo	Bairro da Caputera	1 multifuncional para cada unidade escolar
EM Profª Zita Ferrari	Bairro da SANBRA	
EM Profª Maria José R. Scholz	Bairro da Taipinha	
EM Juarez Costa	Bairro do Jaó	
EM Prof. José Mokarzel	Bairro do Pacova	
EM Profª Maria Terezinha Oliveira	Bairro do Pacova	
EM José Maria Oliveira	Bairro São Roque	
EM Prof. João Gilberto de Almeida	Bairro São Roque	
EM Profª Dirce Lara da Silva	Distrito do Guarizinho	
EM Gov. Franco Montoro	Fazenda Pirituba	
EM Profª Terezinha de Moura	Fazenda Pirituba	
EM José Sebastião Herrera	Rodovia Itapeva - Ribeirão Branco	
EM Oliva Gomes Melo	Bairro da Caputera	
UNIDADES DE SAÚDE		
ESF Agrovila	Bairro Agrovila I	2 impressoras + 1 multifuncional
ESF Alto da Brancal	Alto da Brancal	2 impressoras + 1 multifuncional
ESF Caputera	Bairro da Caputera	3 impressoras + 1 multifuncional
ESF Guari	Bairro do Guari	3 impressoras + 1 multifuncional
ESF Jaó	Bairro do Jaó	2 impressoras
ESF Pacova	Bairro do Pacova	2 impressoras + 1 multifuncional
ESF São Roque	Bairro São Roque	2 impressoras + 1 multifuncional

**\* todos os equipamentos são para impressão monocromática**

**\*\* os demais equipamentos serão instalados em prédios municipais localizados no perímetro urbano.**

A manutenção dos equipamentos compreende, além da assistência técnica, o fornecimento de peças e suprimentos, tais como cartuchos, toners, cilindros e reveladores.

A manutenção e o fornecimento ou troca de peças serão realizados por técnico especializado, estabelecendo-se o prazo máximo de 10 (dez) horas úteis, contado a partir do momento da solicitação até a conclusão do atendimento.

Compreende-se hora útil de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, exceto feriados.

Na impossibilidade de manutenção e/ou reparo do equipamento, a contratada deverá substituí-lo por outro cuja tecnologia e recursos sejam equivalentes ou superiores, incluindo-se os equipamentos da Contratante. Prazo para substituição: 10 (dez) horas úteis.

Deverá ser fornecido suprimento reserva (estoque) para suprir eventuais trocas de cartuchos/toners. Prazo para entrega após a solicitação: 10 (dez) horas úteis dentro do perímetro urbano e 20 (vinte) horas úteis para unidades na Zona Rural.

É de inteira responsabilidade da Contratada o correto acondicionamento e descarte dos suprimentos consumidos.

Mensalmente a contratada realizará a medição dos serviços através de relatórios de contagem emitidos pelos equipamentos, que deverão ser assinados pelos responsáveis dos setores e encaminhados aos agentes fiscais respectivos, para conferência, aprovação e consequente autorização para emissão do documento fiscal.

O não cumprimento do prazo estabelecido sem justificativas cabíveis por parte do detentor poderá acarretar na aplicação das sanções previstas neste Edital.

O prazo de vigência do Contrato originado por esse processo licitatório será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme art. 107 Lei Federal 14.133/2021.

## **2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Executar o objeto de acordo com as especificações exigidas no Edital e normas técnicas vigentes, responsabilizando-se por sua integridade e qualidade, bem como cumprir com os prazos, assumindo eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida neste Contrato

Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA, se obrigando a atender prontamente reclamações, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

Manter durante a vigência contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao objeto.

Não transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

Identificar todos os equipamentos cedidos, de modo a evitar serem confundidos com os itens de propriedade da Prefeitura

Responsabilizar-se pela retirada de todos os equipamentos cedidos em até 10 (dez) dias após o término da vigência ou rescisão contratual, não fazendo jus a nenhum ressarcimento decorrente de atraso motivado pela mesma no cumprimento desta obrigação.

## **3. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

Constatadas irregularidades no objeto contratual, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA poderá, se disser respeito à execução, rejeitá-lo, determinando sua adequação ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Para o aceite dos serviços executados, o Agente Fiscal do Contrato verificará a qualidade e especificações dos serviços executados conforme a proposta ofertada, conferirá o Documento Fiscal e atestará a vigência do contrato em seu verso.

O aceite dos serviços pelo setor competente da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA não exclui a responsabilidade do DETENTOR por vícios de execução, de qualidade ou técnicos do serviço, aparentes ou ocultos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no respectivo Edital e verificadas posteriormente.

O não cumprimento dos requisitos estabelecidos no Edital autoriza a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA a suspender o pagamento, até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na presente convocação.

Caso a adequação não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na execução e sujeita à aplicação das sanções previstas no Edital.

Ficam designados como Agentes Fiscais de execução do Contrato, através da Portaria nº 8.987/2023, que acompanhara e fiscalizara a execução do Processo nos termos do Art. 117 da Lei Federal 14.133/2021.

- a) o Sr. Agnaldo Gomes Pereira , portador da Cédula de Identidade RG nº 26.718.599-6 e inscrito no CPF nº 182.266.218-44;
- b) a Sra. Gislaine Alves de Almeida , portadora da Cédula de Identidade RG nº 44.632.856-X e inscrita no CPF nº 383.767.958-64; e
- c) o Sr. Rafael Pereira de Lacerda Lopes, portador da Cédula de Identidade RG nº 43.002.728-X e inscrito no CPF nº 331.539.588-82.

**ANEXO II**  
Modelo de Procuração

**PROCURAÇÃO**

**OUTORGANTE:** \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita, no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr. (a)(sócio/diretor) \_\_\_\_\_, (nacionalidade) \_\_\_\_\_, (estado civil) \_\_\_\_\_, (profissão) \_\_\_\_\_, portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à Rua, \_\_\_\_\_ nº, \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_.

**OUTORGADO:** Sr.(a) \_\_\_\_\_, (nacionalidade) \_\_\_\_\_, (estado civil) \_\_\_\_\_, (profissão) \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à Rua \_\_\_\_\_, nº, \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_.

**PODERES:** Ao qual confere amplos poderes para representar a empresa no procedimento licitatório, especificamente na licitação modalidade **Pregão nº 22/2023** da Prefeitura Municipal de Itapeva-SP, podendo para tanto prestar esclarecimentos, formular ofertas e demais negociações, assinar atas e declarações, vistar documentos, receber notificações, interpor recurso, manifestar-se quanto à desistência deste e praticar todos os demais atos inerentes ao referido certame.

(Local), \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
(Carimbo e Assinatura)

**ANEXO III**

## Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que, na presente data, é considerada:

( ) **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123/2006.

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e § 2º, art. 4º da lei federal 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a usufruir dos direitos estabelecidos pela referida lei complementar no procedimento licitatório do **Pregão nº 22/2023**, realizado pela Prefeitura Municipal de Itapeva-SP, bem como desfrutar dos benefícios previstos em Lei.

(Local), \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
(Carimbo e Assinatura)

**ANEXO IV**

Declaração do disposto no inciso VI, Art. 68 da Lei 14.133/2021

**DECLARAÇÃO****REF:** Edital do Pregão Eletrônico nº 22/2023

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do Art. 68 da Lei Federal 14.133/2021 e do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva, emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

**Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.**

(Local), \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
(Carimbo e Assinatura)

**ANEXO V**  
Minuta do Contrato

**CONTRATO Nº \_\_\_/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2023**  
**PROCESSO Nº 8.889/2022**

**CONTRATANTE:** **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.634.358/0001-77, sede na Praça Duque de Caxias, nº 22, Centro, na cidade de Itapeva/SP, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO SÉRGIO TASSINARI, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.561.404-2 SSP/SP e do CPF/MF sob o nº 015.384.138-92, e de outro lado como:

**CONTRATADA:** **RAZÃO SOCIAL**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_ e Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, Bairro, na Cidade de \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. REPRESENTANTE DA EMPRESA, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ – SSP/SP e do CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_.

Dessa forma parte acima qualificada doravante denominada neste ato, respectivamente, CONTRATANTE e CONTRATADA, têm entre si, por esta e da melhor forma de direito, tudo de conformidade com a Licitação do presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes, que reciprocamente outorgam e aceitam:

**CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO**

A CONTRATADA se obriga a executar serviços de impressão e reprodução de documentos através de tecnologia eletrofotográfica e/ou xerográfica, com disponibilização de impressoras e multifuncionais, atendendo as necessidades das secretarias municipais, de acordo o **Termo de Referência - Anexo I** do Edital da Licitação - Pregão Eletrônico nº 22/2023, conforme segue:

LOTE ÚNICO			Valor	
Descrição	Unidade	Quantidade anual	por página	anual
<b>Impressão monocromática</b> e reprodução de documentos através de tecnologia eletrofotográfica e/ou xerográfica.	página	7.521.668		
<b>Impressão colorida</b> e reprodução de documentos através de tecnologia eletrofotográfica e/ou xerográfica.	página	33.600		
<b>Valor total estimado</b>				

**EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATADA (Quantidade máxima)**

IMPRESSÃO MONOCROMÁTICA	
170	65
Multifuncional com tecnologia a laser, funções impressora, copiadora e scanner para trabalhar com papel até tamanho ofício, com recursos de redução e ampliação, conexão USB, ciclo mensal mínimo de 10 000 páginas. Deverá ser compatível com sistema operacional Windows.	Impressora com tecnologia taser, com velocidade mínima de 25 páginas por minuto em papel A4, função duplex automático e conectividade em rede. compatibilidade com PostScnpt e PCL6 Deverá ser compatível com sistema operacional Windows
IMPRESSÃO COLORIDA	
03	
Multifuncional colorida A4 com tecnologia a laser, duplex automático, alimentador de originais duplex, conexão em rede, velocidade mínima de 25 páginas por minuto, resolução mínima de 600x600psi, scanner de rede, linguagem de impressão PostScript e PCL6. Deverá ser compatível com sistema operacional Windows.	
01	
Multifuncional colorida A3 com tecnologia a laser, duplex automático, alimentador de originais duplex, conexão em rede, velocidade mínima de 25 páginas por minuto, resolução mínima de 600x600psi, scanner de rede, linguagem de impressão PostScript e PCL6. Deverá ser compatível com sistema operacional Windows.	

**Relação de equipamentos de propriedade da Prefeitura que serão assumidos pela empresa durante a execução do contrato (manutenção/peças/suprimentos):**

<b>Impressoras</b>	<b>Quantidade</b>
BROTHER HL - 1212W	03
HP 1020	01
HP 107A	01
HP M404DW	07
HP MFP135A	01
HP P2035	01
HP P2055DN	23
LEXMARK E360DN	01
OKI DATA ES5112	21
RICOH SP3710DN	03
SAMSUNG M2835 DW	29
<b>MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
BROTHER DCP 1602	01
HP 3020	01
HP 3052	01
HP M1120	01
LEXMARK MX317DN	02
RICOH SP377SFNW	03
<b>MULTIFUNCIONAL COLORIDA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
HP MFP M177FW	02

**I. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

- O Objeto do presente pregão deverá ser executado conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, observando o seguinte:
- Todos equipamentos deverão ser entregues e devidamente instalados em até 15 dias úteis após a assinatura do contrato.
- A Contratada deverá, no ato da instalação, realizar o treinamento dos usuários dos departamentos para correta utilização dos produtos e seus recursos.
- Nesse mesmo período, a Contratada deverá abastecer os equipamentos de propriedade da Contratante com seus respectivos suprimentos, tais como cartuchos de toner, cilindro, cartuchos de cópias, entre outros.
- A Contratada será responsável pela instalação dos equipamentos e configuração dos drivers nas estações de trabalho dos usuários, em todos os departamentos de cada Secretaria Municipal, inclusive postos de saúde e escolas, compreendendo zona urbana e zona rural de Itapeva, sendo numa distância máxima aproximada de 60 km (ida) a contar do centro.

**Considerando a extensão territorial do município, a relação de unidades escolares e de saúde situadas na Zona Rural, assim como os respectivos equipamentos, seguem abaixo:**

<b>UNIDADES ESCOLARES</b>		
EM Oliva Gomes Melo	Bairro da Caputera	1 multifuncional para cada unidade escolar
EM Profª Zita Ferrari	Bairro da SANBRA	
EM Profª Maria José R. Scholz	Bairro da Taipinha	
EM Juarez Costa	Bairro do Jaó	
EM Prof. José Mokarzel	Bairro do Pacova	
EM Profª Maria Terezinha Oliveira	Bairro do Pacova	



EM José Maria Oliveira	Bairro São Roque	
EM Prof. João Gilberto de Almeida	Bairro São Roque	
EM Profª Dirce Lara da Silva	Distrito do Guarizinho	
EM Gov. Franco Montoro	Fazenda Pirituba	
EM Profª Terezinha de Moura	Fazenda Pirituba	
EM José Sebastião Herrera	Rodovia Itapeva - Ribeirão Branco	
EM Oliva Gomes Melo	Bairro da Caputera	
<b>UNIDADES DE SAÚDE</b>		
ESF Agrovila	Bairro Agrovila I	2 impressoras + 1 multifuncional
ESF Alto da Brancal	Alto da Brancal	2 impressoras + 1 multifuncional
ESF Caputera	Bairro da Caputera	3 impressoras + 1 multifuncional
ESF Guari	Bairro do Guari	3 impressoras + 1 multifuncional
ESF Jaó	Bairro do Jaó	2 impressoras
ESF Pacova	Bairro do Pacova	2 impressoras + 1 multifuncional
ESF São Roque	Bairro São Roque	2 impressoras + 1 multifuncional

**\* todos os equipamentos são para impressão monocromática**

**\*\* os demais equipamentos serão instalados em prédios municipais localizados no perímetro urbano.**

- f) A manutenção dos equipamentos compreende, além da assistência técnica, o fornecimento de peças e suprimentos, tais como cartuchos, toners, cilindros e reveladores.
- g) A manutenção e o fornecimento ou troca de peças serão realizados por técnico especializado, estabelecendo-se o prazo máximo de 10 (dez) horas úteis, contado a partir do momento da solicitação até a conclusão do atendimento.
- h) Compreende-se hora útil de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, exceto feriados.
- i) Na impossibilidade de manutenção e/ou reparo do equipamento, a contratada deverá substituí-lo por outro cuja tecnologia e recursos sejam equivalentes ou superiores, incluindo-se os equipamentos da Contratante. Prazo para substituição: 10 (dez) horas úteis.
- j) Deverá ser fornecido suprimento reserva (estoque) para suprir eventuais trocas de cartuchos/toners. Prazo para entrega após a solicitação: 10 (dez) horas úteis para o perímetro urbano e 20 (vinte) horas úteis para unidades na zona rural.
- k) É de inteira responsabilidade da Contratada o correto acondicionamento e descarte dos suprimentos consumidos.
- l) Mensalmente a contratada realizará a medição dos serviços através de relatórios de contagem emitidos pelos equipamentos, que deverão ser assinados pelos responsáveis dos setores e encaminhados aos agentes fiscais respectivos, para conferência, aprovação e consequente autorização para emissão do documento fiscal.
- m) O não cumprimento do prazo estabelecido sem justificativas cabíveis por parte do detentor poderá acarretar na aplicação das sanções previstas neste Edital.
- n) O prazo de vigência do Contrato originado por esse processo licitatório será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme art. 107 Lei Federal 14.133/2021.

## II. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Executar o objeto de acordo com as especificações exigidas no Edital e normas técnicas vigentes, responsabilizando-se por sua integridade e qualidade, bem como cumprir com os prazos, assumindo eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida neste Contrato
- b) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA, se obrigando a atender prontamente reclamações, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

- c) Manter durante a vigência contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao objeto.
- d) Não transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.
- e) Identificar todos os equipamentos cedidos, de modo a evitar serem confundidos com os itens de propriedade da Prefeitura
- f) Responsabilizar-se pela retirada de todos os equipamentos cedidos em até 10 (dez) dias úteis após o término da vigência, não fazendo jus a nenhum ressarcimento decorrente de atraso motivado pela mesma no cumprimento desta obrigação.

### **III. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

- a) Constatadas irregularidades no objeto contratual, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA poderá, se disser respeito à execução, rejeitá-lo, determinando sua adequação ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- b) Para o aceite dos serviços executados, o Agente Fiscal do Contrato verificará a qualidade e especificações dos serviços executados conforme a proposta ofertada, conferirá o Documento Fiscal e atestará a vigência do contrato em seu verso.
- c) O aceite dos serviços pelo setor competente da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA não exclui a responsabilidade do DETENTOR por vícios de execução, de qualidade ou técnicos do serviço, aparentes ou ocultos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no respectivo Edital e verificadas posteriormente.
- d) O não cumprimento dos requisitos estabelecidos no Edital autoriza a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA a suspender o pagamento, até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na presente convocação.
- e) Caso a adequação não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na execução e sujeita à aplicação das sanções previstas no Edital.

### **CLÁUSULA 2ª – DO LOCAL E DATA**

O presente contrato administrativo é lavrado e assinado nesta cidade de Itapeva, Estado de São Paulo, no dia \_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ de 2023.

### **CLÁUSULA 3ª – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

O valor integral deste Contrato corresponde à R\$ \_\_. \_\_, \_\_ (Valor Por Extenso).

- I. No preço estão incluídas todas as despesas diretas ou indiretas, ficando certo de que à CONTRATANTE, nenhum outro ônus caberá, além do pagamento estipulado acima.
- II. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- III. O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente da Contratada, devidamente cadastrada na Secretaria de Finanças, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da liquidação da despesa, valendo como recibo o comprovante de depósito.
- IV. Os prazos estabelecidos nos itens anteriores serão reduzidos à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- V. O vencimento do Documento fiscal dar-se-á somente após o recebimento do Agente Fiscal na Nota Fiscal, e não da emissão do mesmo.
- VI. Deverá constar no documento fiscal o nº da licitação - **Pregão nº 22/2023**, nº da Autorização de Fornecimento/Serviços, nº do Empenho, local da execução, bem como nome do Banco, nº da Conta

Corrente e Agência bancária da empresa, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informações.

VII. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

VIII. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

IX. A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA reserva-se o direito de descontar do pagamento devido à Licitante vencedora, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas constantes neste Edital.

#### **CLÁUSULA 4ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes com a realização deste processo licitatório correrão por conta das dotações orçamentárias, abaixo especificadas, do presente exercício e vindouro. (art. 150 da Lei Federal nº 14.133/2021).

12	02.01.00	3.3.90.39.00	04 122 7001	2039	1	1100000	Recurso próprio
31	03.01.00	3.3.90.39.00	18 541 6006	2039	1	1100000	Recurso próprio
942	03.01.00	3.3.90.39.00	18 542 6006	2352	1	1100000	Recurso próprio
49	04.01.00	3.3.90.39.00	04 122 7001	2039	1	1100000	Recurso próprio
73	05.01.00	3.3.90.39.00	04 122 7001	2039	1	1100000	Recurso próprio
90	06.01.00	3.3.90.39.00	04 122 7001	2039	1	1100000	Recurso próprio
143	07.01.00	3.3.90.39.00	10 122 1001	2039	1	3100000	Recurso próprio
1431	07.01.00	3.3.90.39.00	10 301 1001	2364	5	3010001	Recurso federal
150	07.01.00	3.3.90.39.00	10 302 1001	2365	5	3020001	Recurso federal
188	08.01.00	3.3.90.39.00	08 122 4001	2039	1	5100000	Recurso próprio
1666	08.04.00	3.3.90.39.00	08 241 4001	2336	1	5100000	Recurso próprio
2187	08.04.00	3.3.90.39.00	08 241 4001	2336	2	5000049	Recurso estadual
2194	08.04.00	3.3.90.39.00	08 241 4001	2336	2	5000050	Recurso estadual
2192	08.04.00	3.3.90.39.00	08 241 4001	2336	2	5000073	Recurso estadual
1139	08.04.00	3.3.90.39.00	08 243 4001	2092	1	5100000	Recurso próprio
2190	08.04.00	3.3.90.39.00	08 243 4001	2092	2	5000049	Recurso estadual
2324	08.04.00	3.3.90.39.00	08 243 4001	2092	2	5000073	Recurso estadual
2220	08.04.00	3.3.90.39.00	08 243 4001	2092	5	5000075	Recurso federal
2338	08.04.00	3.3.90.39.00	08 243 4001	2092	5	5000076	Recurso federal
1126	08.04.00	3.3.90.39.00	08 243 4001	2157	1	5100000	Recurso próprio
1145	08.04.00	3.3.90.39.00	08 244 4001	2129	1	5100000	Recurso próprio
2188	08.04.00	3.3.90.39.00	08 244 4001	2129	2	5000049	Recurso estadual
2782	08.04.00	3.3.90.39.00	08 244 4001	2129	5	5000026	Recurso federal
1662	08.04.00	3.3.90.39.00	08 244 4001	2129	5	5000052	Recurso federal
2203	08.04.00	3.3.90.39.00	08 244 4001	2129	5	5000058	Recurso federal

2213	08.04.00	3.3.90.39.00	08 244 4001	2129	5	5000074	Recurso federal
4219	08.04.00	3.3.90.39.00	08 244 4001	2129	95	5000026	Recurso federal
4266	08.04.00	3.3.90.39.00	08 244 4001	2129	95	5000052	Recurso federal
4267	08.04.00	3.3.90.39.00	08 244 4001	2129	95	5000058	Recurso federal
4268	08.04.00	3.3.90.39.00	08 244 4001	2129	95	5000074	Recurso federal
2094	09.01.00	3.3.90.39.00	12 122 2001	2039	1	2200000	Recurso próprio
2669	09.01.00	3.3.90.39.00	12 122 2001	2039	5	2820000	Recurso próprio
2378	09.01.00	3.3.90.39.00	12 361 2001	2386	1	2200000	Recurso próprio
3570	09.01.00	3.3.90.39.00	12 361 2001	2386	2	2620000	Recurso próprio
2384	09.01.00	3.3.90.39.00	12 361 2001	2386	5	2820000	Recurso próprio
2387	09.01.00	3.3.90.39.00	12 361 2001	2387	1	2200000	Recurso próprio
3572	09.01.00	3.3.90.39.00	12 361 2001	2387	2	2620000	Recurso próprio
4181	09.01.00	3.3.90.39.00	12 361 2001	2387	5	2820000	Recurso próprio
1246	09.01.00	3.3.90.39.00	12 365 2001	2050	1	2130000	Recurso próprio
3566	09.01.00	3.3.90.39.00	12 365 2001	2050	2	2740000	Recurso próprio
467	09.01.00	3.3.90.39.00	12 365 2001	2050	5	2810000	Recurso próprio
468	09.01.00	3.3.90.39.00	12 365 2001	2051	1	2120000	Recurso próprio
3568	09.01.00	3.3.90.39.00	12 365 2001	2051	2	2730000	Recurso próprio
470	09.01.00	3.3.90.39.00	12 365 2001	2051	5	2800000	Recurso próprio
547	10.01.00	3.3.90.39.00	13 122 3001	2039	1	1100000	Recurso próprio
548	10.01.00	3.3.90.39.00	13 392 3001	2306	1	1100000	Recurso próprio
570	11.01.00	3.3.90.39.00	27 122 3007	2039	1	1100000	Recurso próprio
571	11.01.00	3.3.90.39.00	27 812 3007	2109	1	1100000	Recurso próprio
572	11.01.00	3.3.90.39.00	27 812 3007	2324	1	1100000	Recurso próprio
637	12.01.00	3.3.90.39.00	20 605 6001	2291	1	1100000	Recurso próprio
672	13.01.00	3.3.90.39.00	15 122 5001	2039	1	1100000	Recurso próprio
674	13.01.00	3.3.90.39.00	26 782 5001	2296	1	1100000	Recurso próprio
693	14.01.00	3.3.90.39.00	15 122 5001	2039	1	1100000	Recurso próprio
719	15.01.00	3.3.90.39.00	22 122 6002	2039	1	1100000	Recurso próprio
743	16.01.00	3.3.90.39.00	15 122 5001	2039	1	1100000	Recurso próprio
745	16.01.00	3.3.90.39.00	15 452 5001	2168	1	1100000	Recurso próprio
746	16.01.00	3.3.90.39.00	15 452 5001	2171	1	1100000	Recurso próprio
747	16.01.00	3.3.90.39.00	15 452 5001	2323	1	1100000	Recurso próprio
794	17.01.00	3.3.90.39.00	06 182 8005	2267	1	1100000	Recurso próprio
795	17.01.00	3.3.90.39.00	06 182 8005	2288	1	1100000	Recurso próprio
815	17.01.00	3.3.90.39.00	15 452 8005	2358	1	4100000	Recurso próprio
4972	19.01.00	3.3.90.39.00	04 122 7001	2039	1	1100000	Recurso Próprio
5205	20.01.00	3.3.90.39.00	04 124 7001	2039	1	1100000	Recurso Próprio

#### **CLÁUSULA 5ª – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

Ficam designados como Agentes Fiscais de execução deste contrato, através da Portaria nº 8.987/2023, que acompanhara e fiscalizara a execução do Processo nos termos do Art. 117 da Lei Federal 14.133/2021.

- a) o Sr. Agnaldo Gomes Pereira , portador da Cédula de Identidade RG nº 26.718.599-6 e inscrito no CPF nº 182.266.218-44;
- b) o Sr. Rafael Pereira de Lacerda Lopes, portador da Cédula de Identidade RG nº 43.002.728-X e inscrito no CPF nº 331.539.588-82;
- c) Sra. Gislaíne Alves de Almeida , portadora da Cédula de Identidade RG nº 44.632.856-X e inscrita no CPF nº 383.767.958-64;

- I. Para o seu recebimento, o Agente Fiscal do Contrato verificará a qualidade e especificações dos serviços executados conforme a proposta ofertada, conferirá o Documento Fiscal e atestará a vigência do contrato em seu verso.

### **CLÁUSULA 6ª – DA REVISÃO DOS PREÇOS**

Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa Contratada e a retribuição do Contratante para a justa remuneração do objeto da licitação, **poderá ser repactuado o preço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato.**

- I. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, poderão implicar na revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.
- II. Na hipótese da empresa solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documento que comprove a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais ou matérias-primas, etc.
- III. O reajustamento de preços poderá ser utilizado na presente contratação, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data do último reajuste, utilizando-se como índice para cálculo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou índice que venha a substituí-lo.
- IV. O reajustamento será precedido de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

$$R = \frac{V \times i}{i_0} - i_0$$

**Sendo:**

R = valor do reajuste procurado

V = valor contratual

i = índice relativo ao mês do reajuste

i<sub>0</sub> = índice inicial

- V. Os reajustamentos serão formalizados por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.
- VI. O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos com base no disposto na alínea “d”, inciso II, art. 124 da Lei Federal 14.133/2021.

### **CLÁUSULA 7ª – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Fica a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do objeto deste instrumento, observados os termos e limites previstos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

- I. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA 8ª – DA RESCISÃO**

O contrato poderá ser rescindido pela CONTRATANTE sem quaisquer ônus para a Municipalidade, nas seguintes hipóteses:

- I. Se verificar a falência recuperação judicial e extrajudicial da CONTRATADA.

- II. Se a CONTRATADA transferir o contrato no todo ou parte.
- III. Se ocorrer manifesta impossibilidade da CONTRATADA de dar cabal e perfeito desempenho das obrigações assumidas.
- IV. Caberá ainda rescisão administrativa deste contrato no caso da CONTRATADA, reincidentemente ou não, deixar de cumprir quaisquer das obrigações deste contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que o couber.

### **CLAUSULA 9ª – DAS SANÇÕES**

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- I. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
  - a) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - b) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - c) deixar de apresentar amostra;
  - d) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- III. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- V. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- VI. Fraudar a licitação.
- VII. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- VIII. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- IX. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- X. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - a) advertência;
  - b) multa;
  - c) impedimento de licitar e contratar e
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

- XI. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- XII. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo **de 10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- XIII. Para as infrações previstas nos itens I, II e III, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- XIV. Para as infrações previstas nos itens IV, V, VI, VII e VIII, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado
- XV. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- XVI. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- XVII. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens I, II e III, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- XVIII. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 do edital que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- XIX. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- XX. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- XXI. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- XXII. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- XXIII. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

XXIV.A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **CLÁUSULA 10ª – DO FUNDAMENTO LEGAL**

Este contrato regula-se por todas as suas cláusulas e partes integrantes pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 12.949/2022.

#### **CLÁUSULA 11ª – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

São partes integrantes deste Contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº 22/2023, o Processo Administrativo nº 8.889/2022 e a Proposta da CONTRATADA, com os documentos que a acompanham.

#### **CLÁUSULA 12ª – DO FORO**

Para dirimir questões que resultem deste Contrato, a CONTRATANTE e a CONTRATADA, elegem o Foro da Comarca de Itapeva, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que o seja.

E por estarem de acordo com todas as cláusulas aqui contidas, vai assinado pelos representantes legais das partes, inicialmente nomeados, juntamente com duas testemunhas.

Itapeva, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**MÁRIO SÉRGIO TASSINARI**

Prefeito Municipal  
CPF. Nº 015.384.138-92

**NOME DO REPRESENTANTE**

Empresa  
CPF. Nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_-\_\_

**NOME DO SECRETÁRIO**

Secretário Municipal de \_\_\_\_\_  
CPF. Nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_-\_\_



**TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA**

CONTRATADA:

CONTRATO Nº \_\_/2023

**OBJETO: contratação de empresa para serviços de impressão e reprodução de documentos através de tecnologia eletrofotográfica e/ou xerográfica, com disponibilização de impressoras e multifuncionais.**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Itapeva/SP, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: **MARIO SERGIO TASSINARI**

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 015.384.138-92

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:**

Nome: **MARIO SERGIO TASSINARI**

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 015.384.138-92

Assinatura:

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:****Pela Contratante**Nome: **MARIO SERGIO TASSINARI**

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 015.384.138-2

Assinatura:

Nome:

Cargo: Secretário Municipal de

CPF:

Assinatura:

Nome:

Cargo: Secretário Municipal de

CPF:

Assinatura:

Nome:

Cargo: Secretário Municipal de

CPF:

Assinatura:

**Pela Contratada**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo: Secretário Municipal de

CPF:

Assinatura:

Nome:

Cargo: Secretário Municipal de

CPF:

Assinatura:

Nome:

Cargo: Secretário Municipal de

CPF:

Assinatura: